



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLÊNARIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

1

CERTIDÃO nº 0004/2022

CERTIFICO, que revendo os Anais deste PODER LEGISLATIVO com a finalidade de atender ao Memorando/CI nº 009/2022, do Controle Interno, e ao item 2 do Ofício SMTC-AGM nº 349/2022, da Secretaria Municipal da Transparência e Controle, no qual solicita atas das audiências públicas realizadas até o final dos meses de fevereiro/2021 (referente ao 3º quadrimestre/2020), maio/2021 (referente ao 1º quadrimestre/2021) e setembro/2021 (referente ao 2º quadrimestre/2021) em cumprimento ao disposto no §4º do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/00, segue o seguinte: "Ata da Audiência Pública para apresentar os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do 6º Bimestre de 2020, na sequência, o relatório da LRF do 3º Quadrimestre de 2020; do 1º Bimestre de 2021, e do 2º Bimestre de 2021, na sequência, o relatório da LRF do 1º Quadrimestre de 2021, realizada na CMCG, em 20 de maio de 2021.- Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, no Plenário Álvaro Lopes Vidal, em chamada única, às quinze horas e cinquenta e cinco minutos, assumiu a Presidência dos Trabalhos o Vereador FABIO AUGUSTO VIANA RIBEIRO. Presentes os Edis: BRUNO CORDEIRO VIANNA, BRUNO FERNANDO SANTOS DE AZEVEDO, HÉLIO MONTEZANO DE OLIVEIRA NETO e WOLUSTON GOMES CELESTINO. Em seguida, o Secretário WOLUSTON GOMES fez a leitura do AVISO PÚBLICO nº 0005/2021, que apresenta o seguinte teor: "O Presidente do Legislativo Municipal de Campos dos Goytacazes, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes, COMUNICA que, conforme solicitação contida no Ofício nº 594/2021, a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, através da Secretaria Municipal de Transparência e Controle, realizará no dia 20 DE MAIO DE 2021 (quinta-feira), às 15h30, no Plenário deste Legislativo, Audiência Pública, para apresentar os relatórios abaixo relacionados, em cumprimento ao disposto no § 4º do Art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000: Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 6º Bimestre de 2020, na sequência o relatório da LRF do 3º Quadrimestre de 2020; Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 1º Bimestre de 2021; Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 2º Bimestre de 2021, na sequência o relatório da LRF do 1º Quadrimestre de 2021. Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes/RJ, 11 de maio de 2021, 344º da Vila de São Salvador dos Campos, 186º da Cidade de Campos dos Goytacazes e 369º da criação da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes. FABIO AUGUSTO VIANA RIBEIRO – Presidente". O Presidente registrou a presença da equipe da Secretaria Municipal de Transparência e Controle presente. São eles: Sr. RODRIGO RESENDE RAMOS – Secretário Municipal de Transparência e Controle; Sr. LUIS FERNANDO DE ALVARENGA LEANDRO – Subsecretário Geral de Transparência e Controle; Sr. EDIMAR RODRIGUES DE ALVARENGA – Subsecretário Adjunto de Planejamento Orçamentário; Sra. LILIANE BASTOS DA MATA FREITAS – Auditora Geral; Sra. LAINIQUER FERREIRA ALVES MOREIRA DA SILVA – Contadora; Sr. CLÁUDIO AFONSO MUYLARTE RIBEIRO DE CASTRO – Contador, e Sr. MURILO RIBEIRO – Assessor



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

2

Especial de Contabilidade. O Presidente passou a palavra para o Secretário Municipal da Transparência e Controle, Sr. Rodrigo Resende Ramos, para iniciar a explanação acerca dos Relatórios mencionados. Com a palavra, o Secretário, após saudações iniciais, disse que estão atendendo a um dispositivo legal com apresentação de relatórios já publicados, sendo um resumo de forma consolidada de toda Administração Direta e Indireta. Prosseguindo, fez a apresentação dos seguintes slides:



Secretaria de Municipal de
Transparência e Controle



Opinião



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

3

2020 – 3º e Último Quadrimestre



R\$ 1.778.206.366,10	R\$ 1.843.501.870,00	R\$ 1.842.063.431,70	R\$ 30.037.725,44	R\$ 191.714.347,22
Receita arrecadada	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Repasso Legislativo	Restos a pagar



2020
3º QUADRIMESTRE
JAN A DEZ/2020



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

4

2020 – 3º Quadrimestre



2020 – 3º Quadrimestre



DESPESAS EMPENHADAS POR FUNÇÃO

R\$ 829.994.241,30	SAÚDE
R\$ 291.102.199,40	EDUCAÇÃO
R\$ 205.874.713,60	ADMINISTRAÇÃO
R\$ 183.557.862,30	PREVIDENCIA SOCIAL



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

5

Gastos com Educação – 2020
Anexo 8 - RREO



Educação

RECURSO	INICIAL	EMPENHADO	LIQUIDADO
TOTAL	R\$ 298.474.042,30	R\$ 281.016.456,70	R\$ 281.016.456,70

Receita de Impostos Investida no Ensino

Gastos com Saúde – 2019
Anexo 12 - RREO



Saúde

RECURSO	INICIAL	EMPENHADO	LIQUIDADO
TOTAL	R\$ 724.907.958,10	R\$ 829.994.241,30	R\$ 829.994.238,30

Receita de Impostos Investida em Saúde



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

6

Entenda os Cálculos Percentuais
Saúde e Educação



Entra na base de cálculo:

- Impostos Municipais
- Transferências da União
- Transferências Estaduais
- Outras Receitas Correntes

Não entra na base de cálculo:

- Royalties
- Multas de Trânsito
- CIDE
- COSIP

BASE CONSTITUCIONAL
Arts. 196 e 212 do
CFB/88

Entenda os cálculos Percentuais dos
Gastos com Pessoal



Limite 3º QUAD 2020:
54,50%

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
Fórmula: Despesa com Pessoal

Receita Corrente Líquida

Limite máximo: 54,00% ou mais
Limite mínimo: De 51,30% a 53,99%
Limite de alerta: De 48,60% a 51,29%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

7

Entenda o que é Despesa com
Pessoal e Folha de Pagamento



= Despesa Líquida com Pessoal (LRF)

- Indenizações
- Recursos pagos pelo RPPS

= Despesa Bruta com Pessoal (LRF)

- + Auxílio Alimentação
- + Estágios

= Total de Despesas com Folha de Pagamento

BASE CONSTITUCIONAL
Art. 18 da LC 101/2000



Obrigado!

EQUIPE
Secretária Municipal da Transparência e Controle

Durante a primeira apresentação, o Secretário destacou o seguinte: Que os números estão bem simplificados de maneira a ficar mais explicativo, demonstrando a receita em torno de R\$ 1,8 bilhão, a despesa empenhada, despesa liquidada, repasse ao Legislativo e restos a pagar. Apresentou a meta estimada para 2020, onde se estima quanto vai receber e que arrecadou cerca de R\$ 1,8 bilhão, menos, portanto, que o previsto, ficando um déficit. Em seguida, mostrou onde a maioria dos recursos foi alocada, iniciando pela saúde, seguida pela educação, administração e previdência social, nesta ordem. Destacou o que há de mais relevante que são as obrigações constitucionais com a saúde e educação. Que 25% de tudo que se arrecada com impostos e taxas devem ser investidos na educação e 15% na saúde. Que foram investidos 24,79% em educação, sendo, portanto, menor que os 25%. Que na



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

8

saúde foram investidos 74,1%, muito além do limite. Que houve bem mais investimento na saúde do que o obrigatório. Explicou o que compõe a base de cálculo para investimentos em saúde e educação, pois não são todas as receitas como, por exemplo, royalties, multas de trânsito, COSIP e CIDE que fazem parte dela. Explicou sobre folha de pagamento, trabalhando com valores brutos e não líquidos. Que em resumo, toda aplicação de 2020 está nesta incisiva e clara apresentação. Perguntou se havia dúvidas e o Presidente pontuou que a receita prevista teve um déficit de R\$ 280 milhões e a receita arrecadada foi maior que a empenhada e liquidada, e que foi dito a eles que o governo anterior deixou um déficit de R\$ 300 milhões. Que na sua compreensão, ficou dinheiro em caixa, mas isso não aconteceu. Que já que a receita arrecadada foi maior que a liquidada, deveria ter dinheiro em caixa. Pediu uma explicação ao Secretário se isso realmente aconteceu, se foi uma pedalada orçamentária. O Secretário explicou que tem a receita prevista e a arrecadada. Que ao longo do exercício existe a necessidade, contabilmente e orçamentariamente falando, de acompanhar a evolução dessa comparação da receita. Que se não consegue realizar a receita um das formas é o contingenciamento, exemplificando. Que por isso os relatórios fiscais de acompanhamento que são bimestrais e quadrimestrais e com necessidade de serem publicados e ainda apresentados em audiência pública. Que dentro da despesa tem várias fontes e a sociedade pode achar que a receita é uma coisa só. Que a COSIP, por exemplo, só pode ser aplicada na iluminação pública, assim como recursos do FUNDEB e FNDE só podem ser aplicados na educação, assim como verbas direcionadas para a saúde. Que a lei diz que cada bimestre tem que comparar, analisar e tomar as medidas necessárias para que ao final do exercício não haja discrepâncias. O Presidente, sobre a educação, perguntou sobre a despesa inicial se ela é autorizada ou prevista na peça orçamentária e o Secretário disse que se trata da receita inicial, aquela que a CMCG aprova. O Presidente disse que se tinha uma peça no total de R\$ 2 bilhões e a receita inicial era de R\$ 298 milhões e foi menor que a empenhada e liquidada, perguntou se, então, orçamento já nasceu deficitário. O Secretário disse que nesse ponto de vista pode acontecer que sim, mas que ali dá para perceber que a diferença entre 24,79% e 25% O Presidente questionou se houve um planejamento incorreto da peça orçamentária de 2020 no que se diz respeito a educação, já que tem um déficit de R\$ 280 milhões entre o que foi previsto e arrecadado e mesmo assim tem uma despesa bem menor que a inicial. Que a arrecadação para a educação foi maior e ele quer saber porque esse relatório será muito importante quando forem analisar as contas de 2021. O Secretário disse que pode dizer que sim, que houve um planejamento equivocado. O Presidente disse que na saúde tiveram 74% do orçamento de 2020 executado e o Secretário explicou que não é 74% de todo o orçamento, mas do que o Município arrecadou. O Presidente disse que isso é bem maior que o índice de 15%. Que vê déficit na execução da educação, agricultura que quase não teve investimento, no transporte que também não teve investimento e que vê, na verdade, uma execução muito mal feita neste sentido. O Secretário disse que tudo depende da administração porque a lei é aplicada de acordo com determinações legais e quanto à decisão de investir ou não em uma área, que nesse ponto ele tem razão. O Presidente perguntou se quando o novo governo assumiu tinha déficit de R\$ 300 milhões empenhados e

Alvaro de Carvalho Barros



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

9

se foi isso mesmo que entendeu. O Secretário disse que o saldo de R\$ 300 milhões, que se for o déficit em relação a empenho, ele ficou em restos a pagar. O Presidente comentou que teve despesa executada que nem empenhada estava e o Secretário disse que pode acontecer sim, despesas que podem ser reconhecidas como dívidas, mas que para isso acontecer existe um tramite legal, onde verifica-se se ocorreu a despesa realmente para depois passar pelo rito que já é definido em lei e que existe rubrica específica no orçamento com final 92, para cobrir despesas que porventura possam aparecer e serem cobradas ao Município. O Presidente perguntou sobre o índice de despesa com pessoal de acordo com a LRF, em qual fechou e o Secretário disse que superou o limite prudencial de 54% da RCL, fechando em 54,5%. O Edil WOLUSTON GOMES perguntou, através do Presidente, se ficou dinheiro em caixa e se realmente teve a diferença do que foi arrecadado e do que foi liquidado. O Secretário disse que na LRF tem a questão da dívida e os artigos 42 e 43 dizem que a partir do 2º quadrimestre do último ano da gestão, tem que deixar recurso em caixa, exemplificando. Que todo contrato realizado a partir de maio cujo valor ultrapasse para o próximo governo, o recurso tem que ficar em caixa. O Presidente perguntou se ele sabe se ficou em caixa esse recurso e o Secretário respondeu que é a Secretaria de Fazenda que informa. Continuando, foram apresentados os seguintes slides:





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

10

2021 – 1º Quadrimestre



R\$ 357.586.473,20	R\$	R\$	R\$	R\$
759.078.988,30	147.446.086,60	5.237.368,30	145.889.078,70	
Despesa empenhada	Despesa liquidada	Repasse Legislativo	Restos a pagar	
Recelita arrecadada				



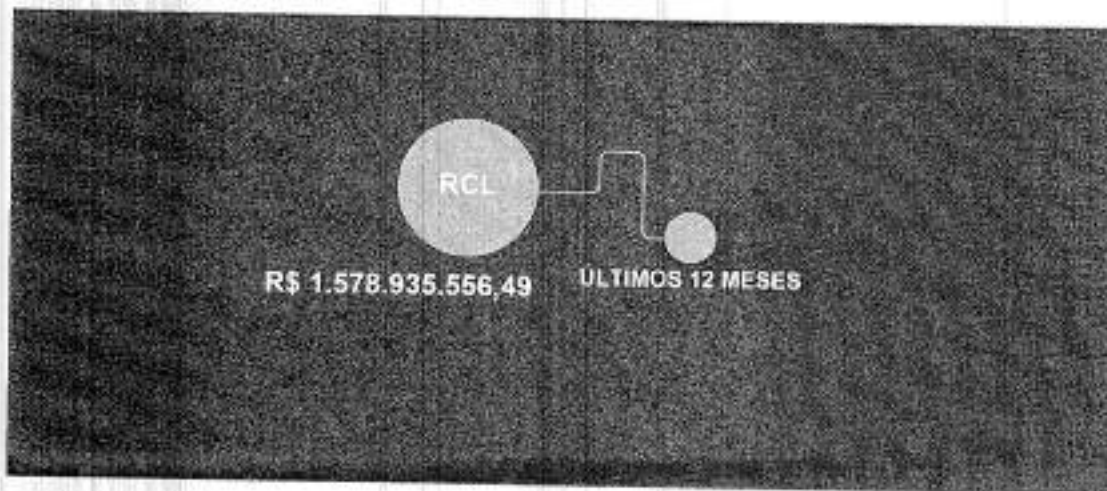
2021
1º BIMESTRE
JAN a FEV / 2021
(1º BIMESTRE)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

11

2021 – 1º Bimestre





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

12

2021 – 1º Quadrimestre
DESPESAS EMPENHADAS POR FUNÇÃO



R\$ 463.185.408,40 SAÚDE → 61,00%
R\$ 25.709.006,50 EDUCAÇÃO → 3,4%
R\$ 118.695.407,40 ADMINISTRAÇÃO → 15,60%
R\$ 20.539.232,90 PREVIDENCIA SOCIAL → 2,7%

ANÁLISE PRELIMINAR DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2021

ITEM	UNIDADE	LOA	% Total
1	MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	R\$ 758.290.487,04	42,30%
2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$ 509.144.842,40	23,70%
3	FUNDO AMPLAS	R\$ 229.695.209,27	13,15%
4	FUNDAÇÃO MUNICIPAL SAÚDE	R\$ 97.955.075,27	2,32%
5	CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	R\$ 80.392.630,74	1,74%
6	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 27.881.803,18	1,40%
7	INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES	R\$ 18.841.817,88	0,91%
8	MUNICÍPIO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	R\$ 15.215.000,00	0,85%
9	SARDELA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO CIDADÃ	R\$ 5.958.201,26	0,24%
10	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO ESPORTE	R\$ 4.112.200,00	0,24%
11	FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	R\$ 3.979.241,00	0,23%
12	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPOS	R\$ 3.822.649,97	0,22%
13	FUNDAÇÃO CULTURAL JURACIARA CARVALHO VIANA	R\$ 3.449.226,94	0,14%
14	FUNDO DA PROTEÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO	R\$ 1.413.014,80	0,09%
15	FUNDO MUNICIPAL DE BENS CULTURAIS	R\$ 882.954,64	0,04%
16	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - MANAMA	R\$ 814.423,00	0,04%
17	FUNDO MUNICIPAL DE BENS CULTURAIS	R\$ 802.166,22	0,05%
18	FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	R\$ 730.147,00	0,03%
19	FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS CÍVILIS	R\$ 68.175,00	0,00%
20	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	R\$ 4.785,00	0,00%
21	FUNDO MUNICIPAL DE TRANSPORTE	R\$ 2.219,00	0,00%
22	FUNDO ESPECIAL DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL	R\$ 2.285,00	0,00%
23	FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE	R\$ 1.812,00	0,00%
24	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	R\$ 1.414,00	0,00%
25	FUNDO MUNICIPAL DE TRABALHO E DEFESA DO TRABALHADOR	R\$ 1.279,00	0,00%
TOTAL		R\$ 1.745.652.642,21	100,00%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

13

RESTOS A PAGAR POR ENTIDADE

ITEM	NOME	RESTOS A PAGAR	% Total
1	MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	R\$ 72.042.172,54	27,80%
2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$ 47.575.037,26	22,25%
3	PROVICAMPOS	R\$ 27.866.320,01	12,43%
4	FUNDAÇÃO MUNICIPAL SAÚDE	R\$ 12.761.573,96	5,88%
5	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 4.175.326,43	1,91%
6	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	R\$ 3.835.113,36	1,80%
7	EMPRESA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO	R\$ 1.835.040,25	0,85%
8	INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE	R\$ 800.023,43	0,40%
9	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO ESPORTE	R\$ 700.393,55	0,31%
10	CODEMCA	R\$ 208.031,88	0,12%
11	FUNDAÇÃO CULTURAL JORNALISTA OSVALDO LIMA	R\$ 222.371,17	0,12%
12	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	R\$ 62.351,53	0,03%
13	FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	R\$ 8.080,40	0,01%
14	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUMAM	R\$ 513,17	0,00%
15	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPOS	R\$ 210,00	0,00%
	TOTAL	R\$ 191.714.547,22	100,00%



PROJETO: CAMPOS SOB CONTROLE

Obrigado!

EQUIPE

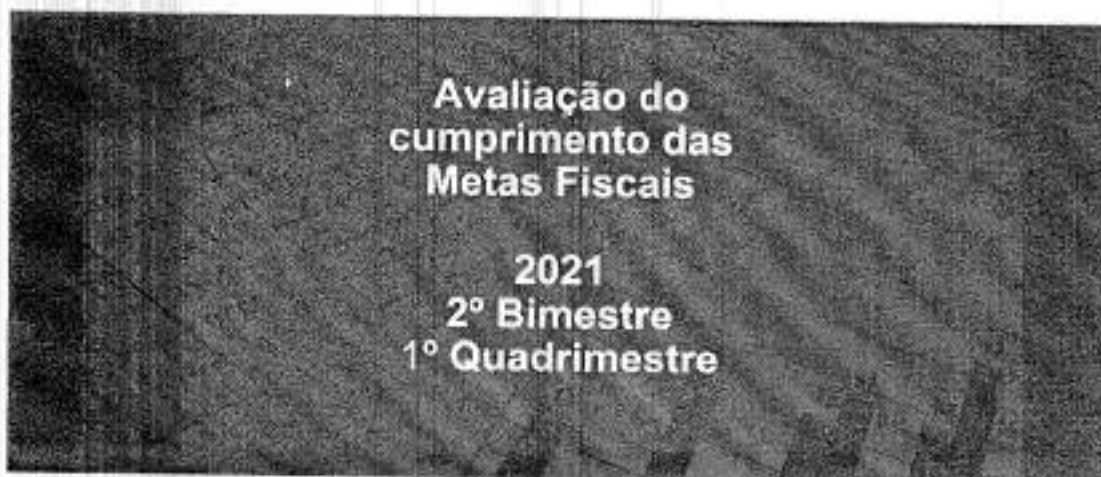
Secretaria Municipal da Transparência e Controle

Proseguindo, foram apresentados os seguintes slides:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

14



2021 – 1º Quadrimestre

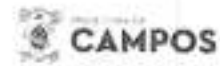
R\$ 709.799.973,50	R\$	R\$	R\$	R\$
1.076.548.153,60	1.076.548.153,60	448.171.656,10	9.921.599,58	127.053.886,73
Despesa empenhada	Despesa liquidada	Receita Legislativa	Restos a pagar	

**Reculta
arrecadada**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

15



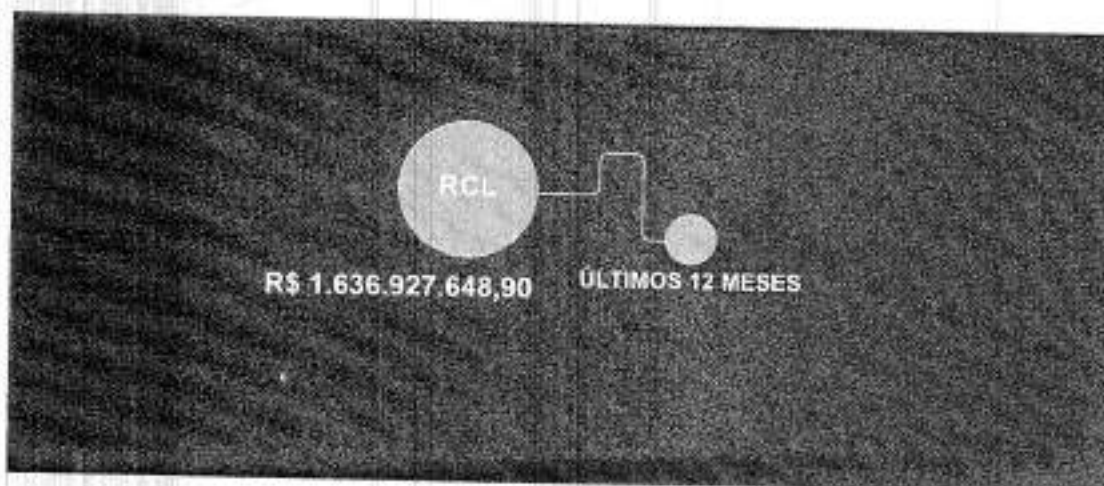
2021 – 1º Quadrimestre





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

16



2021 – 1º Quadrimestre
DESPESAS EMPENHADAS POR FUNÇÃO



R\$ 501.265.243,00	SAUDE
R\$ 170.729.463,50	EDUCAÇÃO
R\$ 138.682.062,80	ADMINISTRAÇÃO
R\$ 65.745.199,90	PREVIDENCIA SOCIAL



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

17

ANÁLISE PRELIMINAR DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2021

ITEM	NOME	LDA	% Total
1	MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	R\$ 750.292.487,00	42,30%
2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$ 889.144.542,40	33,72%
3	PREVICAMPOS	R\$ 209.888.509,27	12,10%
4	FUNDAÇÃO MUNICIPAL SAÚDE	R\$ 37.940.075,27	3,32%
5	CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	R\$ 30.292.430,74	1,74%
6	INSTITUTO MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTES	R\$ 27.001.203,18	1,02%
7	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	R\$ 10.261.217,58	0,71%
8	EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	R\$ 18.218.002,00	0,89%
9	COORMCA	R\$ 8.996.301,25	0,34%
10	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO ESPORTE	R\$ 4.113.208,89	0,24%
11	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	R\$ 3.970.261,00	0,22%
12	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPOS	R\$ 2.832.649,07	0,22%
13	FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	R\$ 2.440.223,54	0,16%
14	FUNDAÇÃO CULTURAL JORNALISTA OSWALDO LIMA	R\$ 1.413.018,80	0,09%
15	FUNDO DA PRODUÇÃO DE BEM-ESTAR DO MUNICÍPIO	R\$ 884.894,44	0,04%
16	FUNDO MUNICIPAL DO ARBORETO - FUMAM	R\$ 214.426,00	0,04%
17	FUNDO MUNICIPAL DE GÊNESE DO CONSUMIDOR	R\$ 925.388,48	0,03%
18	FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	R\$ 130.147,00	0,01%
19	FUNDO MUNICIPAL DOS SERVIÇOS DO CIDADÃO	R\$ 84.194,00	0,00%
20	FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO	R\$ 4.789,00	0,00%
21	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	R\$ 4.492,00	0,00%
22	FUNDO ESPECIAL DA GUARDA CONSTITUCIONAL	R\$ 3.203,00	0,00%
23	FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE	R\$ 1.812,00	0,00%
24	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	R\$ 1.412,00	0,00%
25	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E COLETA DE LIXO	R\$ 1.299,00	0,00%
TOTAL		R\$ 1.741.483.645,37	100,00%

RESTOS A PAGAR POR ENTIDADE

ITEM	NOME	RESTOS A PAGAR	% Total
1	MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES	R\$ 12.704.172,84	27,00%
2	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$ 67.221.522,24	76,00%
3	PREVICAMPOS	R\$ 27.002.000,00	14,40%
4	FUNDAÇÃO MUNICIPAL SAÚDE	R\$ 12.761.377,99	0,00%
5	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 4.178.026,43	2,16%
6	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	R\$ 2.669.113,30	1,88%
7	EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	R\$ 1.424.900,35	0,85%
8	INSTITUTO MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTES	R\$ 883.683,43	0,60%
9	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO ESPORTE	R\$ 790.705,00	0,41%
10	COORMCA	R\$ 239.021,25	0,12%
11	FUNDAÇÃO CULTURAL JORNALISTA OSWALDO LIMA	R\$ 223.371,17	0,12%
12	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	R\$ 62.331,13	0,03%
13	FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	R\$ 9.880,48	0,01%
14	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUMAM	R\$ 513,17	0,00%
15	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPOS	R\$ 218,89	0,00%
TOTAL		R\$ 181.714.347,93	100,00%

Amara



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

18



Obrigado!

EQUIPE

Secretaria Municipal da Transparência e Controle

Durante esta apresentação, o Secretário destacou o seguinte: Disse que tem até 30 de maio para publicar este relatório. Apresentou como ficou o início do 1º quadrimestre de 2021, com receita arrecadada de mais de R\$ 700 milhões; despesa empenhada em pouco mais de R\$ 1 bilhão, autorizada na LOA; despesa liquidada; repasse ao Legislativo e restos a pagar. Que a meta deste ano é arrecadar quase R\$ 1,8 bilhão; que já arrecadou R\$ 709 milhões e a meta para atingir é de cerca de pouco mais de R\$ 1 bilhão para que as contas estejam equilibradas. Que os relatórios mostram que há um certo equilíbrio econômico-financeiro-orçamentário. Continuando, apresentou despesas empenhadas na saúde, educação, administração e previdência social. Mostrou o resumo da LOA, lendo na ordem de demanda e seus valores previstos, que totalizam pouco mais de R\$ 1,7 bilhão, o que bate com a previsão de despesa inicial. Sobre restos a pagar, disse que a dívida contabilizada chegou a quase R\$ 200 milhões divididos conforme slide. Que toda divisão do que compõe a dívida processada está apresentada daquela forma. Assim, encerrou a apresentação dizendo que todos os relatórios estão à disposição dos vereadores e da sociedade. Que o e-Sic é um canal de comunicação e transparência, onde recebe em torno de 200 mensagens por mês e que toda a equipe faz questão de responder o mais breve possível. Que este ano não perderam prazo e estão à disposição para tirar qualquer dúvida. O Presidente perguntou se os restos a pagar de 30 de abril são referentes ao exercício de 2020 ou se tem parte deste exercício. O Secretário disse que ele é todo de 2020 e que já baixou de R\$ 191 milhões para R\$ 127 milhões, obedecendo à ordem cronológica de pagamentos, sendo a maioria com folha de pagamento que, orçamentariamente, ficaram liquidadas, mas que não foram honradas financeiramente. Que no exercício de 2021 a parte dos honorários e dos vencimentos dos servidores está praticamente em dia. O Presidente perguntou se a dívida RP é processada e o Secretário disse que sim. Que não processada não existe. Que houve um decreto no final da gestão passada



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

19

que cancelou todos os empenhos, que então não houve dívidas não processadas. O Presidente também perguntou se a dívida de R\$ 12 milhões do Fundo Municipal de Saúde é com os fornecedores e o Secretário respondeu que em grande parte sim. Nada mais havendo a tratar, a audiência pública foi encerrada às dezesseis horas e trinta minutos, e, para constar, eu, ROSINÉRIA BATISTA PAES, Diretora de Apoio ao Plenário, redatora "ad hoc", redigi e lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais membros da Mesa Diretora." "Ata da Audiência Pública para apresentação do relatório da LRF do 2º Quadrimestre de 2021, em cumprimento ao disposto no § 4º do Art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000, realizada na CMCg, em 30 de setembro de 2021.- Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, no Plenário Álvaro Lopes Vidal, em chamada única, às quatorze horas e quinze minutos, assumiu a Presidência dos Trabalhos o Vereador FABIO AUGUSTO VIANA RIBEIRO. Presentes os Edis: ÁLVARO HENRIQUE DE SOUZA OLIVEIRA, ANDERSON DE MATOS RIBEIRO, ANDERSON RANGEL BORGES, BRUNO FERNANDO SANTOS DE AZEVEDO, CARLOS FREDERICO MACHADO DOS SANTOS, DIEGO DIAS BATISTA, HÉLIO MONTEZANO DE OLIVEIRA NETO, IGOR GOMES DE AZEVEDO, KASSIANO JOSE TAVARES DE SOUZA, MAICON SILVA DA CRUZ, MARCIONE DA COSTA FAQUER, MARCOS DA SILVA BACELLAR, MARCOS ELIAS ESCAFURA DA SILVA, NILDO NUNES CARDOSO e WOLUSTON GOMES CELESTINO. Em seguida, fez a leitura do AVISO PÚBLICO nº 0009/2021, que apresenta o seguinte teor: "O Presidente do Legislativo Municipal de Campos dos Goytacazes, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes, COMUNICA que, conforme solicitação contida no Ofício nº 1374/2021, a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, através da Secretaria Municipal de Transparência e Controle, realizará no dia 30 DE SETEMBRO DE 2021 (quinta-feira), às 14h, no Plenário deste Legislativo, Audiência Pública, para apresentar o relatório da LRF do 2º Quadrimestre de 2021, em cumprimento ao disposto no § 4º do Art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000. Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes/RJ, 14 de setembro de 2021, 344º da Vila de São Salvador dos Campos, 186º da Cidade de Campos dos Goytacazes e 369º da criação da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes. FABIO AUGUSTO VIANA RIBEIRO – Presidente". O Presidente registrou os nomes da equipe da Secretaria Municipal de Transparência e Controle presente. São eles: Sr. RODRIGO RESENDE RAMOS – Secretário Municipal de Transparência e Controle; Sr. LUIS FERNANDO DE ALVARENGA LEANDRO – Subsecretário Geral de Transparência e Controle; Sr. EDIMAR RODRIGUES DE ALVARENGA – Subsecretário Adjunto de Planejamento Orçamentário; Sr. ALCENY DE OLIVEIRA JUNIOR – Subsecretário Adjunto de Custos; Sra. LILIANE BASTOS DA MATA FREITAS – Auditora Geral; Sr. MURILO RIBEIRO – Assessor Especial de Contabilidade, e, ainda, ÁLVARO GONÇALVES DE BARROS; BRENNO TOLEDO DE MORAES; DANIELLE MARIANO DA SILVA; DIEGO DA SILVA MOORE; FERNANDA BARBOSA MACHADO CORTE REAL DELGADO; HUGO LOBO DE SOUZA AMARAL; LEVI QUEIROZ MORALES; LIANE VIANA DA SILVA BARROS; MÁRCIO MACHADO DA SILVA GOMES; MARIANA MARTINS, MÁRIO LOPES MACHADO JUNIOR e SEBASTIÃO SILVA MORAIS. O Presidente passou a palavra para o Secretário Municipal da Transparência e Controle, Sr. Rodrigo Resende Ramos, para iniciar a explanação acerca do Relatório



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

20

mencionado. Com a palavra, o Secretário, após saudações iniciais, disse que estavam cumprindo um papel fundamental, importante da execução da transparência que determina a LRF, que visa consolidar os dados da PMCG, torná-los públicos e promover a transparência. Que estavam no limite para apresentação, pois a lei determina um prazo para tal. Que a lei pede para explanar a avaliação e cumprimento das metas fiscais. Que hoje foram publicados no D.O. todos os anexos da lei. Que a importância do 2º quadrimestre é que estão se preparando para o encerramento do exercício de 2021 e a avaliação desses números vai dizer o que foi certo e errado para prepararem-se para o próximo ano. Que a Casa de Leis também tinha papel fundamental, pois em breve ocorrerão as audiências públicas e votação das metas orçamentárias para ano que vem, incluindo PPA para os próximos 04 anos. Que é um instrumento de transparência de gestão fiscal para que a sociedade ficasse ciente, bem como a Casa de Leis que cumpre seu papel fiscalizador e as organizações que quisessem ter acesso às informações da prefeitura e seus gastos públicos. Passou a apresentação dos seguintes slides:



PREFEITURA
CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

30/09/2021



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

21



**Avaliação do
cumprimento das
Metas Fiscais**

LRF

**2021
2º Quadrimestre**



**2021
2º QUADRIMESTRE**

Instrumentos de Transparência da Gestão Fiscal

Objetiva o controle, o monitoramento e a publicidade do cumprimento

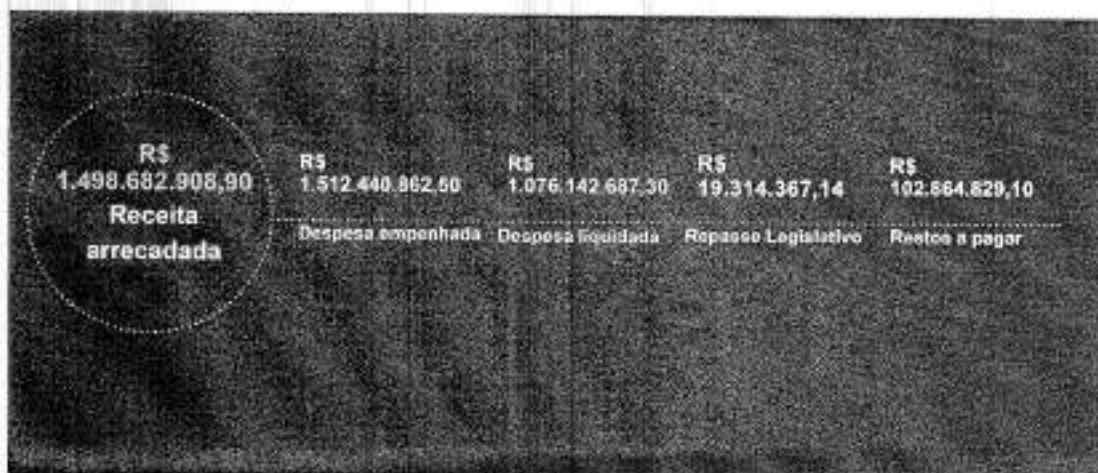
Avaliação das metas para encerramento do exercício social



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

22

2021 – 2º Quadrimestre



EQUILÍBRIO FISCAL



O princípio do equilíbrio fiscal recomenda que, para toda despesa, haja uma receita a financiá-la, a fim de evitar o surgimento de déficits orçamentários crescentes ou descontrolados que possam prejudicar as contas públicas presentes e futuras.

FONTE: <http://governo.com.br/2015/11/17/coluna-fiscal-opini%C3%A3o-dos-receitas-do-equil%C3%ADrio-fiscal/>



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

23

2021 – 2º Quadrimestre



2021 – 2º Quadrimestre

DESPESAS EMPENHADAS POR FUNÇÃO



R\$ 674.375.346,70	SALUDE
R\$ 214.988.200,90	EDUCAÇÃO
R\$ 165.365.589,90	ADMINISTRAÇÃO
R\$ 144.143.328,30	PREVIDENCIA SOCIAL



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

24

APURAÇÃO DO LIMITE LEGAL



RCL (AJUSTADA) →	100%
DESPESA TOTAL COM PESSOAL →	44,96%
LIMITE MÁXIMO art. 20º LRF →	54,00%
LIMITE PRUDENCIAL art. 22º LRF →	51,30%
LIMITE DE ALERTA art. 5º LRF →	48,60%

DÍVIDA CONSOLIDADA – art. 55º LRF



DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA 2020 →	75,34%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA 1º Q 2021 →	69,49%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA 2º Q 2021 →	59,92%
"manter o resultado ampliado"	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

25



Obrigado!

EQUIPE

Secretaria Municipal da Transparência e Controle

Durante a apresentação, o Secretário destacou o seguinte: que a receita arrecadada foi de quase R\$ 1,499 bilhão; que a despesa empenhada estava maior que a receita, mas era normal porque o número aprovado pela Casa é de cerca de entre R\$ 1,7 e 1,8 bilhão. Falou sobre a despesa liquidada em um pouco mais de R\$ 1 bilhão; que não dá para gastar mais do que se recebe e isso não é segredo; que a despesa empenhada era normal por causa das estimativas; que o Prefeito anunciou que deseja antecipar uma parcela do 13º e isso precisa ser estimado, pelo que constava na despesa empenhada. Destacou o repasse ao Legislativo de cerca de R\$ 19 milhões; que está um pouco menor que a média; restos a pagar com base em 30/08 no valor de R\$102 milhões porque cerca de R\$ 90 milhões já foram pagos; que a lei exige que o pagamento das despesas seja feito de forma cronológica. Disse que o conceito de equilíbrio fiscal é o básico já dito: que só pode gastar o que pode arrecadar, assim como na vida particular; que quando os vereadores aprovam uma LOA é como se no particular recebessem um cheque em branco, pois tem autorização legislativa, abre o orçamento e não sabe quanto tem em caixa; que por isso é importante analisar e elaborar bem o orçamento; que estão vivendo momento de incerteza devido à pandemia; que é difícil ter um cheque em branco para gastar recursos públicos sem tê-los em caixa; que já arrecadou quase R\$ 1,5 bilhão e tem que arrecadar, para fechar o ano, cerca de R\$ 250 milhões para manter o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município; que pode parecer pouco, mas é um desafio; que a maior arrecadação já passou, pois a principal, que é o IPTU, já passou e já não poderá mais ter tanta certeza de quem ainda vai pagar. Em seguida, apresentou as principais despesas empenhadas por função, sintetizadas, com destaque para a saúde que detém maiores gastos, seguida pela educação, administração e previdência social. Que a incerteza da pandemia influencia na economia. Que a lei diz que devem discutir a apuração do limite legal. Demonstrou a apuração do limite legal; que hoje estão dentro do limite com despesa de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

26

peçoal, em torno de 44,96% quando o limite é 54%; que estão dentro da meta fiscal já no 2º quadrimestre, lembrando que ali é uma média, pois dependem da RCL, daí a importância do controle; que estar dentro do limite é um bom sinal, pois conseguiram, em 08 meses, equilibrar a questão de pessoal e diminuir a dívida municipal. Que a dívida consolidada é tudo o que ele possui de FGTS, INSS e tudo o que depende do Executivo estar honrando; que ela estava em 75% e hoje em 59,92%; que conseguissem manter esse mesmo ritmo porque é difícil; que precisa manter o resultado ampliado, pois a PMCG não pode parar e deve honrar as dívidas; que quando afirma que a dívida estava diminuindo, mesmo que gradativamente, há um equilíbrio melhor e a medida somada ao pagamento dos restos a pagar que foram mais de R\$ 90 milhões em 08 meses. Que todos esses números estavam disponíveis no Portal da Transparência e foram publicados hoje atendendo ao determinado pela LRF. Finda a explanação, o Presidente solicitou ao Secretário WOLUSTON GOMES que fizesse a inscrição dos Edis para perguntas e considerações. Usaram da palavra os seguintes Vereadores: NILDO CARDOSO - Após saudações iniciais, disse que os números, amplamente divulgados, motivam a Casa a reivindicar mais benefícios para a população; que não estava tão ruim assim; que sobre o repasse de participação especial, ano passado foi de R\$ 1 milhão no 2º trimestre, R\$ 5 milhões no 1º, e zero nos demais trimestres e esse ano já chega a mais de R\$ 70 milhões; que isso influenciou muito, pois a PMCG não estava aí para gerar recurso, mas sim o povo com o pagamento de impostos. Que como empresário há mais de 40 anos, sabia que eles geram recursos para a sociedade e que a benesse dos *royalties* é finita; que o orçamento do Município ano passado todo foi estava sendo contemplado no 2º quadrimestre de 2021 com quase R\$ 1,7 bilhão que foi o votado ano passado para esse ano; que a previsão é de que vão ter um orçamento de R\$ 350 milhões a mais em relação aos *royalties* no ritmo em que estão. Perguntou se existe necessidade de buscar impostos retroagindo há 05 anos de ISS, IPTU para engrossar uma previsão de R\$2,2 a R\$ 2,3 bilhões ano que vem, penalizando as pessoas. Que votaram na Casa o Refis e ia entrar nele o IPTU retroativo, se isso não ia penalizar desnecessariamente haja vista estar longe de atingir os 54% em função do aumento de receita. Que quando o dinheiro entra, seja da fonte que for, ajuda o caixa da PMCG. Sobre a receita do Município, disse que não tem nada a ver com o que passa no caixa; que quem paga é a população através da sua conta de luz. Que na pauta da sessão da semana passada vários vereadores pediram reposição de lâmpadas, pelo que queria saber como a PMCG atua com o dinheiro que entra certinho no caixa e entra em uma rua com as lâmpadas queimadas estando as pessoas pagando a taxa. Destacou a violência crescente em virtude da falta de iluminação e disse que não passa pela conta da PMCG, mas é ela quem tem que prestar conta, pois é quem indica quem administra e executa o serviço. Que se tem ou não a empresa terceirizada para prestar o serviço, porque não está prestando; que todos os Edis que estavam ali, inclusive da base, pediam iluminação para seu bairro. Que sobre o transporte, precisa marcar uma audiência pública na Casa. Falou sobre a retirada de insulfim das vans; que na presente data foi a Goitacazes e ao sair do Banco Itaú foi abordado por uma senhora de Baixa Grande reclamando que quando encontram uma blitz os motoristas pedem para os passageiros abaixar para não mostrar a real quantidade de pessoas que tem aí dentro; que ao



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

27

mesmo tempo não tem ônibus. Falou sobre a terceirização com os ônibus comprados no governo de Rosinha; que Rafael Diniz errou e em vez de colocar sobre a mesa para discutir, as empresas ficaram sem pagar os ônibus, dinheiro que foi do Fundecam e a população paga preço caro; que as vans não querem pegar idosos e deficientes porque eles não pagam. Focou a pergunta na necessidade de penalizar a população com cobrança retroativa de tributos que pode ser uma renda de quase R\$ 10 milhões/ano. Que achava desnecessário, mas o levantamento tinha que ser feito; que quem fez obra e não lançou tem que pagar e o que não pode é um drone sobrevoar, pegar uma garagem e achar que dentro é tudo alvenaria. Em resposta, o Secretário disse que a lei exige do Executivo, que é supervisionado pelo TCE, a questão da receita municipal; que todos que tem receitas próprias não podem abrir mão de receita; que são cobrados e penalizados por isso; que não é advogado, mas como contador sabe que não podem abrir mão de receita municipal a não ser que esteja na lei escrita a forma da isenção; que é impossível iniciar uma gestão sem fazer cumprir a lei e se faz isso, arrasta ao longo dos outros anos deixando como herança para o próximo; que aí entrava a LRF e o equilíbrio; que para abrir mão de receita só se a lei autorizar e a lei diz que ele precisa cobrar os tributos, fiscalizar e também os últimos 05 anos porque está na lei que se não cobrar vai prescrever. Deu exemplo do IR, onde se a Receita Federal não cobrar os últimos 05 anos perde o direito de cobrar; que na prefeitura não é diferente e entrando uma nova gestão, o Executivo deve tomar iniciativa e a questão política, se está certa ou não em relação à sociedade, cabem outros recursos; que não podem ter despesa sem antes saber se vão ter receita; que como autorizar uma isenção se não está escrito na lei; que a forma original foi o não pagamento ou a não cobrança; não que agora estava cobrando para trás, mas que é dever do Município até que a lei mude. Que houve um facilitador com a aprovação do Refis pela Casa, pelo que agradeceu aos Edis, dizendo que não podem abrir mão de nada além de Juros. Quanto à COSIP, que a burocracia existe e as leis são severas; que quem tem um CPF vinculado ao órgão público tem que obedecer às regras da lei, em especial a Lei nº 8.666/93; que Campos é o maior Município territorialmente no Estado do Rio de Janeiro; que há amplitude da concorrência; que houve tentativa de licitação que está em julgamento; que não está havendo a prestação dos serviços, mas o recurso estava lá, o dinheiro. Que não estão juntando dinheiro porque ele deve ser executado conforme o orçamento, mas que orçamento não é só o que se arrecada e o *superávit*; que só de restos a pagar foram quase R\$ 200 milhões e só em 2020 foram inscritos em restos a pagar mais de R\$ 140 milhões, dos quais R\$ 90 milhões já foram pagos; que o rigor do controle das fontes das receitas é muito grande, em especial a fiscalização por parte da Casa. **FABIO RIBEIRO** - Parabenizou o Secretário pela apresentação e pelo resultado dos 08 meses; que sabe que dar resultado não é só por causa do aumento dos *royalties*, mas por causa do rigor fiscal, controle da despesa, responsabilidade com a coisa pública e por isso chegaram a um grande resultado com índice de 44,96% de despesa com pessoal e lembrava que no 3º quadrimestre de 2020 o índice estava acima de 54%, pelo que estava de parabéns o governo e as secretarias, em especial a de Controle e de Administração e Recursos Humanos. Parabenizou o Poder Executivo pela coragem de fazer cumprir não só a LRF, mas o art. 142 do CTN que diz que o lançamento é



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

23

obrigatório vinculado, e sendo assim, o lançamento do IPTU complementar e demais taxas administrativas não são de discricionariedade do Prefeito, mas obrigação; que não é fácil porque isentar e fazer Refis é simpático, mas cobrar é difícil, porém necessário. Que se não tiver equilíbrio fiscal como paga as despesas fixas e fazer investimento econômico. Que hoje o setor produtivo carece de investimento do poder público; que sem o poder público municipal não faz circular o recurso financeiro necessário para isso; que sabe que com esse rigor vai chegar o momento dos investimentos. Sobre despesa com educação de R\$ 214 milhões, que se fizer o cálculo, representa menos de 25% constitucional e perguntou o que faltava para respeitar o princípio. O Secretário disse que esse é o momento do governo repensar e tomar medidas para atingir o índice constitucional de 25% dos recursos próprios. Que pode parecer pouco; que 13% apenas são provenientes de impostos; que quando tem dependência de repasses gera-se um problema e fica sem ter como tomar ação; que como vai planejar novas políticas públicas que vão movimentar a economia local que começa a respirar devendo-se ao pagamento em dia dos servidores e fornecedores; que se não fosse por isso não estariam movimentando em 08 meses, somado ao fim da pandemia e vacinação; que como o Executivo vai injetar, propor e o Legislativo indicar ações de novas políticas públicas se não tem certeza do equilíbrio fiscal do Município. Que só há uma maneira de gerar renda que é investindo e para isso precisam de recurso; que o governo já iniciou muitas obras e provavelmente muitas não vão ficar prontas esse ano porque demoram, tem cronograma e investimentos em atividades que geram volume na economia demoram e são feitos ao longo de anos; que a aplicação correta dos recursos é a discussão que devem fazer; que agora é a hora de determinar como investir para atingir os 25%, pois não podem sair gastando de qualquer maneira só porque a lei exige; que como pode aumentar a despesa fixa se dependem quase 87% de repasses; que ano passado alguns repasses de royalties foram zerados; que qual a certeza que tem de que ano que vem não vai zerar de novo; que como vão provar sem uma base de cálculo confiável; que não aprovariam; que como vai aplicar uma nova política pública social que é importante nesse momento, e algumas foram anunciadas com base na previsão da receita, sem ter certeza da economicidade; que recuperação e equilíbrio fiscal com os números apresentados ali eram o ponto de partida; que é a partir do equilíbrio fiscal que vão iniciar aplicação de novas políticas públicas. O Edil pediu para ao final ele falar sobre a RCL, que segundo o Secretário é composta por 13% do orçamento referente a receitas próprias e que o duodécimo do Legislativo é em cima da RCL, tendo havido uma queda de arrecadação; que se não houver uma recuperação da receita própria a tendência é cair de novo. MARCOS BACELLAR – Sobre o Fundeb, disse que aumentou em 50% em relação ao ano passado; que escolas estão fechadas, algumas deteriorando, alguns professores reclamam de diminuição de salário, pelo que queria saber para onde estava sendo direcionada a verba; que se a quantidade de nomeação de DAS e RPA não estaria sobrecarregando a folha e se como Secretário ele não poderia conversar com o Prefeito para amenizar a situação; que vê nomeações corriqueiramente no D.O. e não a máquina vê abrindo novas secretarias e escolas. Perguntou se tinha previsão para criar um Portal da Transparência para a TAG; se com o aumento dos royalties, com o apoio do

Alvaro de Carvalho Barros



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

29

Governador Cláudio Castro que manda milhões e com o TAG, que ele não dizia que não deveria cobrar o imposto, mas cobrar alternativamente. O Secretário disse que o Fundeb é uma das verbas mais auditadas de qualquer Município, podendo tornar inelegível um Prefeito porque há um índice mínimo e a conta é complicada; que amentou sim, mas a lei é tão rigorosa que exige que 70% dele fosse diretamente na folha dos professores que não é qualquer folha; que são professores que estão executando o dever do magistério. Exemplificou com o caso da Contadora Geral do Município que era diretora de escola e como tal podia receber recurso do Fundeb, mas ao virar Contadora saiu do Fundeb e foi para a fonte própria. Que o recurso do Fundeb deve ser honrado; que ele é muito fiscalizado e o Governo Federal não perdoa. Que tramita no Senado a condição de não ser obrigatório aos Municípios atingir os 25%. Que quanto ao Fundeb, também não pode gastar menos de 90%, pelo que precisa ser equacionado; que o recurso existe e estava lá, mas tem que usar o mínimo de 70% e se ele joga 100% do recurso para pagamento de professores ou abre concurso e ultrapassa o limite de 54%; que manter o controle das contas públicas não é fácil, com diversas leis, iniciando na Constituição Federal até a LRF, mais lei específica do Fundeb e outras; que são fiscalizados pelos Governos Federal e Municipal, além da sociedade; que o trabalho que os Secretários Marcelo Feres e Wainer tem feito é excelente, pois chegar àquele número é devido a todas as secretarias. Sobre os DAS's e RPA's, que eles não utilizam fonte de vinculação federal e sim própria; que existe um limite para isso, mas para o servidor temporário não; que conseguiram baixar por conta do aumento da RCL, mantendo e com a leve queda da folha; que é natural que a folha tenha um leve aumento por benefícios previstos em lei; que manter pagamento da folha e despesa dentro de contexto de equações entre receita arrecadada, RCL e despesa não é fácil, mas estão conseguindo manter. DIEGO DIAS - Parabenizou o Secretário e equipe; disse que os números eram reflexos de austeridade, incremento de receita, de arrecadação proveniente de parcerias com os Governos Estadual e Federal; que apesar de trazerem positividade, tem muito a fazer, corrigir e reconstruir; que apesar de estar falando sobre números do orçamento e entende não caber pergunta de outras pastas, já que o Secretário não era gestor delas, que era necessário dizer que o atual governo está pagando quase 2,5 folhas porque tem auxílio funeral, rescisão de DAS, férias atrasadas, dentre outras dívidas deixadas pela gestão anterior; que isso, mais restos a pagar, somava uma quantia vultosa e por mais que o orçamento estivesse superavitário, tudo o que existe de demanda de governo são dívidas deixadas pelo governo passado; que não bastassem as dívidas, as escolas estão sucateadas, sem iluminação ainda pelo fato de não ter havido no governo passado. Esclareceu que todo o trabalho de austeridade, incremento e busca de receita é para investir e também para pagar. Que afora tudo isso, sabia que não há possibilidade de renúncia de receita e o Prefeito não pode optar por não cobrar, até porque no dia 31 de dezembro de 2020 o Prefeito deixou uma portaria com a obrigatoriedade de o governo atual, neste ano, fazer a cobrança dos tributos devidos nos últimos 05 anos e que não foram cobrados, gerando um passivo e a população, se fosse alertada do débito ano a ano, não teria sido acumulado. Que vários Edis fizeram parte do governo ou apoiaram quem estava na Casa, fazendo parte do governo Rafael Diniz e isso não



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

30

podia deixar de ser colocado; que tem sim receita aumentada, a busca do Prefeito pelo atendimento do Estado, ao qual ele é muito grato, porém existe tudo a ser reconstruído, escolas, UBS's e ruas; que não estavam tratando de um orçamento com incremento como se estivessem no país das maravilhas, mas que tinham uma cidade destruída sendo reconstruída com um pouco mais de recurso do que o governo passado; que hoje os números mostram austeridade, seriedade, credibilidade do governo atual pela qual consegue parcerias. Que o Governador prometeu, mediante pedido do Prefeito, o Pq. Saraiva e HGG, pelo que pediu ao Vereador MARCOS BACELLAR que o Deputado, seu irmão, colocasse os processos de baixo do braço para dar celeridade para verem acontecer o quanto antes. Que o Prefeito não pode gastar aleatoriamente, mas investir, pois gasto é o uso desordenado do dinheiro público e investimento é seriedade e compromisso, exemplificando com a queima de eucalipto na cerâmica sem estar fabricando telha e tijolo. Perguntou se conseguirem estar na ascensão de arrecadação se o Prefeito teria capacidade de investimento no próximo ano tendo em vista as dívidas deixadas e reconstruções a serem feitas; que quais eram as perspectivas e o que podiam passar para a população em relação a investimento de fato diante do caos encontrado. Em resposta, o Secretário disse que o equilíbrio das contas é o pontapé inicial para investimentos e como investir é visto em conjunto. Que não há como fazer investimento sem que fosse aprovado pela CMCG. Que já estão na Casa desde o dia 30, 02 peças essenciais: PPA que vai servir para os próximos 04 anos, inclusive para o primeiro ano da próxima gestão porque a máquina e os projetos não podem parar com a mudança de gestão e por isso ele passa para o próximo prefeito; que estão fazendo gestão dentro do que foi aprovado 04 anos atrás; que da forma que o governo pegou e em 08 meses apresentar esses números, é uma possibilidade de sucesso para o próximo ano; que dinheiro gera dinheiro e economia também é assim; que quando investem corretamente tem o retorno com lojas reabrindo, obra com pessoas para trabalhar; que não se faz obra sem gente. Chamou para a responsabilidade também a Casa de Leis e que essa discussão era saudável; que nos próximos anos vai depender muito da união para que o Município prospere. HÉLIO MONTEZANO - Disse que, às vezes, perdem e ganham e o Edil DIEGO DIAS entrou depois da votação da madrugada e não foi obrigado a votar. Que com os números vê que a retirada dos R\$ 200 não era necessária e quem sabe agora eles não poderiam voltar com o auxílio. Perguntou qual o valor que acredita que arrecada somados emendas, tributos, R\$ 160 milhões do Governo do Estado e arrecadação de *royalties*, se chegaria em torno de R\$ 2,1 ou R\$ 2,2 bilhões. Que sabe que não pode deixar de arrecadar imposto, mas só vai prescrever 01 ano dos 05 e assim sucessivamente; que houve a ideia do Vereador FABIO RIBEIRO sobre a cobrança e aguarda posição; que a opinião de grande parte dos Vereadores ia de encontro à opinião do Secretário; que tem que criar alternativas e receitas para não ficar dependendo; que não é gerando imposto que vão conseguir fazer isso, mas investindo e incentivando as pessoas; que quanto mais imposto menos as pessoas querem abrir comércio e ter folha salarial. Que a questão contábil não ia questionar porque o Secretário era capacitado, mas em relação à questão tributária era um erro sim por parte do Executivo, pois poderia feita de maneira menos enfática. Que ia propor projetos na Casa, dos quais um é em função das pessoas que



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

31

estão indo à Secretaria de Fazenda e já ia passar o prazo do Refis, e algumas já tinham a comprovação do tamanho real de sua casa, dentre outros projetos de lei e também oferecimento no MP a fim de não cometer esse erro com a população; que não era abrir mão da receita, mas como estava sendo feito e precisavam entender que estão em um período jamais visto; que exceções têm que ter e a justiça tem sido bem acessível à várias coisas que não podiam em hoje podem. Perguntou o valor estimado e lembrou que o pesado de RPA da Educação ainda não começou. Em resposta, o Secretário disse ser otimista em relação à arrecadação do Município; que ano passado foi quase zerada a participação especial e esse ano foram agraciados, assim como todos os Municípios arrecadadores de petróleo, com a participação especial; que juntando deve chegar perto de R\$ 2,1 bilhões. Que veio para a Casa próximo de R\$ 2 bilhões, lembrando que pegaram restos a pagar, cuja meta não pode deixar de ser cumprida, e por isso não podem deixar de ter na peça orçamentária, que foi muito bem estudada, considerando a existência de 02 portarias estudadas para o próximo orçamento, tendo o governo abraçado a ideia, uma melhor distribuição do próximo orçamento; que é otimista e ficaria muito desapontado se não houver esse recurso, que seria o melhor para a população e assim levariam novas discussões para novos investimentos, pois a sociedade precisa que invista mais no social, principalmente no pós-pandemia. Quanto ao auxílio alimentação que ele era dentro dos 54% por fazer parte da composição do salário. **KASSIANO TAVARES** - Disse que as perguntas que ia fazer já foram feitas; que via o Secretário usando termos técnicos que as pessoas de casa podiam não entender. Agradeceu pela apresentação e sugeriu que na próxima poderia haver uma avaliação entre o governo passado e o presente para que as pessoas entendessem; que fosse em números para as pessoas avaliarem e compararem para entender. Pediu para colocar em números como o atual gestor pegou o caixa e quais eram as perspectivas para o próximo ano, falando sobre *déficit* e *superávit*. Que os erros cometidos pela gestão passada não devem ser cometidos pela atual. Em resposta, o Secretário disse que fontes vinculadas são as que têm destinação direta, enquanto a não vinculada é a receita que pode ser gasta de forma mais ampliada; que o recurso proveniente de arrecadação de impostos pode ser utilizado de forma ampliada, que é chamado de FONTE 100, mas que ele é só 13%, muito pouco para dar elasticidade de aplicação em outras coisas. Que a maioria é aplicada na folha do pagamento; que a Constituição Federal diz que 25% dela deve ir para a educação, 15% para a saúde, o que acredita que será ultrapassado; que estão investindo de maneira correta e de forma a atingir a questão social; que estão apoiando para que a economia aqueça novamente. Que com uma queda da RCL o índice de pessoal sobe, assim como se aumentar a folha e se não gastar será penalizado porque tem que cumprir a ordenação aprovada na LOA. Que se o Executivo não cumpre o papel são passíveis de fiscalização e cobrança, inclusive da sociedade. Que estão começando a ter menores preços em licitações porque estão começando a pagar os fornecedores em dia; que na compra de papel A4, por exemplo, baixou o preço, enquanto lá fora aumentou, porque houve uma segurança da empresa de que vai receber o recurso. Que como dar o melhor preço se não tem a segurança de que vai receber. Que isso é economia; que estavam fazendo mais com menos; que para investir tem que economizar e a partir do



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

32

momento em que o investimento começa a gerar renda, vai melhorar, exemplificando com o investimento em led que não é só porque é bonito, mas porque a economia gerada chega a 60% ou 70% na iluminação pública. **ANDERSON DE MATOS** - Perguntou sobre as despesas empenhadas por função e que explicasse se era necessário um empenho tão alto para a educação uma vez que durante a pandemia ficou parada e agora se encontra funcionando de forma limitada com o sistema híbrido; que é o 2º maior gasto e se o índice de 25% não seria com a educação funcionando. Disse que o Secretário citou a lei que não autoriza a prefeitura abrir mão de receita, mas que a lei também não autoriza limitar liberdades e mesmo assim elas foram limitadas em razão da pandemia. Que como poderiam fazer, considerando a pandemia, para a lei autorizar a prefeitura a abrir mão de receita, ainda que momentaneamente, para que o IPTU complementar não fosse cobrado da população nesse momento de enorme crise financeira. O Secretário disse que em relação ao ensino híbrido, por estar nele não significa que não precisam gastar, pois o aumento do dólar e itens importados influenciou nos valores dos recursos de informática; que, às vezes, tentam fazer uma simples reunião *on-line*, o que já ocorreu, e a Internet caía. Que isso gerou despesa e investimento na parte tecnológica. Que a inovação tecnológica na educação hoje é essencial e grandes empresas dificilmente deixarão de trabalhar com o *home office*, e que o investimento na educação tem que existir. Que quanto ao número ele era referente à folha de pagamento e estava empenhada a parte do 13º da educação, faltando liquidar. O Edil perguntou quanto faltava para chegar aos 25%. O Presidente disse que já que a arrecadação até agora era de cerca de R\$ 1,5 bilhão e empenhou R\$ 214 milhões, que deveria estar faltando cerca de R\$ 200 milhões; que de qualquer forma o empenho estava menor do que deveria e o Secretário disse que estava na proporcionalidade. O Presidente destacou que estava dentro do planejado, pois tinha até 31 de dezembro para executar. O Edil **ANDERSON DE MATOS** disse que, diante da pandemia e ensino híbrido, deveria estar bem distante dos 25%; que é esse percentual quando a educação funciona a todo vapor. O Secretário disse que tem que usar de forma que atinja o objetivo principal que é o ensino chegar ao aluno de alguma forma; que há uma equação para que o ensino chegasse ao aluno; que o professor está em casa trabalhando, preparando material e atendendo ao aluno através de tecnologia; que não tinha condições de não atingir o limite constitucional a não ser que passasse pelo Senado um determinado projeto e fosse para a Câmara também aprovar; que como fazer o ensino chegar ao aluno ele tinha certeza de que o Secretário Marcelo Feres responderia facilmente. Sobre a segunda pergunta, disse que estava no Senado a discussão sobre os 25%, que se aprovado seria um Refis às avessas e o que faltar seria distribuído pelos próximos anos de gestão para o Prefeito não ser penalizado; que quanto ao IPTU, era o mesmo exemplo, cabendo uma discussão em nível federal; que a fiscalização é feita pelo TCE e dá para fazer uma consulta ao órgão; que teria que mudar a lei federal dando flexibilidade aos Municípios para flexibilizarem, fora isso não tinha alternativa. **IGOR GOMES** - Com a palavra, parabenizou o Secretário pelo trabalho à frente da SMTC; que se deu por satisfeito e perguntou sobre o TAG aprovado, se nele existia alguma recomendação do TCE para que fizesse parte dele o aumento dos impostos no Código Tributário. O Secretário disse que no



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

33

início do governo há uma cobrança forte do TCE, fazendo apanhado da gestão anterior e cobrando da atual. O Edil perguntou se o TAG foi aprovado sem o aumento do Código Tributário. O Secretário disse que o questionamento era sobre tomada de medidas e se o Município estava em estado de emergência, quais foram as medidas adotadas pelo Executivo para sanar o problema; que as 02 formas eram abaixar a despesa e aumentar a receita; que é austeridade e tentar aumentar a receita; que isso vinha de cobrança de fiscalização. O Edil disse que o Prefeito alegou que precisaria da aprovação diante da recomendação do TCE, especialmente de aumento dos impostos; que buscaram essa recomendação na Casa de Leis, solicitaram o TAG e ele foi aprovado sem o Código Tributário com o aumento dos impostos. Que o Prefeito citou que precisava do aumento do Código Tributário por recomendação do TCE para aprovar o TAG. O Secretário disse que se tratava da tentativa através da discussão na Câmara; que eles entraram com recursos com comprovações da situação do Município; que hoje apresentam melhora dos números na esperança de não precisar nos próximos anos. Que o TAG é escalonado; que o TCE levou em consideração os números apresentados mensalmente de todas as secretarias. O Edil disse que o aumento de receita vem em conjunto com a diminuição do custo da máquina, principalmente com folha, e naquele momento houve criação de secretarias, dentre outros, o que ele discordava porque não há que se falar em aumentar a arrecadação sem somar a isso a diminuição do custo da máquina pública. Que com o aumento todo mês da arrecadação dos *royalties* e com emendas e grande investimento do Estado, se o governo pensava em retirar o Código Tributário e a cobrança do IPTU retroativa. O Secretário disse que deve haver ainda um estudo e não há proposta de votar na Casa sem estudo prévio. Que há que levar em consideração o aumento da arrecadação, mas esses repasses eram dependentes, pelo que não podiam garanti-los até o final da gestão nem para a próxima; que decisão que gerasse gasto relevante podia ser um ato que vai desprover o caixa a longo prazo; que para investir, antes tem que ter o recurso; que a garantia do dólar manter-se alto e a arrecadação dos *royalties* com participação especial não existem e a pandemia traz incerteza; que ninguém esperava passar por isso. O Edil perguntou em quanto estava a arrecadação da COSIP, e o Secretário disse não saber no momento e que ela é autossustentável, entrando nos cofres e se pagando. O Edil perguntou sobre o custeio fixo da manutenção da iluminação pública, pelo que o Secretário respondeu que de cabeça não lembrava, mas poderia responder depois. **WOLUSTON GOMES** – Falou sobre o aumento dos *royalties*; que em alguns cenários, no ano passado, não entraram os *royalties* e as despesas foram elevadas; que hoje via nas discussões que está entrando dinheiro dos *royalties*, mas ele entendia que é um valor incerto; que quando vai fixar suas despesas corre o risco de ficar inadimplente; que hoje o que tem de entradas fixas são os tributos que pertencem ao Município e ele pode fazer seu planejamento até incluindo os *royalties*, tendo-o como principal fonte, mas podendo depois ver feitos sendo condenados por improbidade porque fixou-se nos *royalties*. Que queria saber se os *royalties* não são entrada fixa, mas provisória, iniciando sua queda ano passado e se o fixo é a receita proveniente dos impostos. Que falam que não pode ficar na dependência dos *royalties*, precisa fomentar para que empresas viessem. Que o Município não se preparou para isso e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

34

não poderiam cometer o erro de ter os *royalties* como principal fonte; que não poderia fixar na ideia de que eles subirão porque também podem despencar. Quanto ao TAG disse que o TCE provocou o Município para que apresentasse medidas de arrecadação para que ele ocorresse e uma das medidas que ele levou em conta foi a observação de que a PMCG mandou para a Casa e a Casa não aprovou, mostrando que o Executivo teve a iniciativa. Que sabe que existe o princípio da legalidade onde nenhum tributo pode ser instituído ou aumentado através de lei e quando falam que tem que abrir mão dos tributos, uma hora ele será cobrado. Que quando falam sobre a possibilidade de renunciar os valores, parece que a lei permite, mas que tem que mostrar mecanismos de ressarcimento daqueles valores e sabe que os *royalties* não podem entrar por serem incertos. Que se o Município abrir mão das receitas não deve só apresentar lei renunciando as receitas, mas uma solução efetiva e clara que vai ressarcir de fato os cofres. Que se o Poder Executivo abrir mão e não tiver como comprovar de forma efetiva de onde virá o recurso financeiro, ele corre o risco de incorrer em improbidade administrativa. Que era um desejo de todos abrirem mão da receita, mas existem fatores que darão reflexo para a administração pública e para a população que uma hora ou outra vai ter que ressarcir. O Secretário disse que o Edil resumiu de forma coerente o que o Município está passando. Que o objetivo não era aumentar os impostos, mas garantir que os serviços chegassem à sociedade. Deu exemplo da coleta de lixo que chega a R\$ 4 milhões por mês, que é igual para quem mora na área nobre e na periferia; que qual é a forma justa de cobrança da coleta de lixo; que cada um ali teria opinião diferente; que podiam discutir ali a forma como cobrar, mas nunca abrir mão, pois ninguém vai abrir mão de ter a coleta de lixo; que estão solucionando e está em dia porque os *royalties* estão entrando; que é praticamente impossível exercer a atividade pública sem receita; que são mais de 500 mil habitantes em um dos maiores Municípios do Estado territorialmente falando e em nível de orçamento e investimentos; que qualquer volatilidade na economia atinge Campos de maneira muito proporcional; que quando existe uma queda a resposta vem rápido, mas que quando existe aumento não é tão rápido assim porque ficou a despesa e dívida. **CARLOS FREDERICO** - Após saudações iniciais, perguntou sobre a situação dos R\$ 211 milhões da educação, se nele estava empenhado todo o valor do pagamento até o fim do ano e o Secretário disse que era só da folha de pagamento. O Edil disse que foi promulgada em 21/09 a PEC 13, de 2021, que dispensa o cumprimento de índices mínimos da educação, pelo que terá condição de não precisar cumprir; que já havia jurisprudência do Paraná nesse sentido, o que seria um grande passo. Sobre a fala do Edil DIEGO DIAS acerca de geração de passivo do governo passado, disse que quando estão compondo não estão renunciando receita; que conversaram sobre a possibilidade de poupar as pessoas que passam pela pandemia através de escalonamento conforme a proposta do Presidente, pagando 2016 junto com 2021 e assim sucessivamente; que se haveria renúncia de receita nesse processo. Falou com o Edil KASSIANO TAVARES que comparações são difíceis por conta dos orçamentos, exemplificando e disse ele está vivendo esse governo e que comparações são difíceis de serem feitas por causa dos orçamentos. Perguntou o que tem de benefício pela Casa ter votado o estado de calamidade fiscal e financeira porque tem que ter tido algum benefício para a PMCG para ela



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

35

mandar para a Casa; se vai ter que voltar para a Casa para votar novamente ou se já passou esse momento. Que só com a PEC já ia ser para o gestor e para a educação um grande passo por não precisar cumprir, até porque teria que inventar coisas, pois não está tendo o ritmo desejado. Em resposta, o Secretário disse que foi um pontapé inicial e se não fosse a colaboração do Legislativo com o Executivo votando as matérias trazidas justificadamente; que caberia um estudo quanto à receita própria os Municípios têm e quanto Campos tem em percentual. O Presidente disse que, em termos percentuais, Campos é o que menos arrecada em recursos próprios. O Secretário disse que a perspectiva era de que não chegasse nem a agosto o pagamento dos servidores; que na época da votação a percepção era essa, de que o pagamento não chegaria a agosto; que chegaram até hoje e agora teve a aprovação do TAG; que deu condição a SMTC de contingenciar os gastos junto às demais Secretarias, graças à chancela do decreto dada pela Casa. O Presidente disse que a PEC 13 fala em relação a 2020. ÁLVARO OLIVEIRA - Após saudações, agradeceu o trabalho desenvolvido pelo Secretário e equipe; que o que foi para a CMCG com possíveis ajustes e não com aumento de impostos foi para fazer face a um TAG por conta da realidade perversa encontrada quando Wladimir assumiu a prefeitura; que a realidade perversa iniciou em 2017 quando votaram o Código Tributário, no governo Rafael Diniz, onde vários que ali estavam aprovaram, e veio o aumento de impostos e o pior é que ninguém viu a contrapartida do poder público na saúde mesmo tendo gasto mais de R\$ 3 bilhões; nem na iluminação pública, pois as ruas estavam todas apagadas; nem na educação com escolas deterioradas, ruas esburacadas, parecendo cenário de guerra. Que queriam vender outra coisa e os possíveis ajustes foram para fazer face a um TAG e também para cumprir um plano de fiscalização de uma portaria do governo Rafael Diniz de 30/12/2020, com as luzes apagadas. Que muitos diziam que a PMCG estava cheia de armadilhas e, realmente, passaram 04 anos gastando dinheiro público e ao final empurraram toda a fiscalização e arrecadação para o próximo governo; que não conhecia lei que autoriza o gestor público a deixar de arrecadar o que tem que arrecadar; que a lei imputa o dever de cobrar sob pena de irresponsabilidade. Que o atual governo está reduzindo gradativamente a dívida consolidada e diminuiu o limite com pessoal iniciado em 54% e que agora está em 44,96%, abaixo dos limites impostos. Parabenizou porque foram herdadas dívidas de quase R\$ 200 milhões, dos quais aproximadamente R\$ 90 milhões foram pagos; que as memórias são curtas e o governo passado que teve apoio da maioria dos Edis que estavam no plenário mais cedo, esqueceu de falar que o governo Rafael Diniz agiu de forma perversa deixando de fazer o que tinha, cobrando aumentos que ele impôs a partir de 2017 com a conivência de alguns e sem contrapartida para a população. Que além de perverso ainda foi azarado porque em 2020 teve o pior repasse da história de Campos. Que o governo passado realmente foi um desastre, mas vai seguir olhando para frente. Que não pode deixar de lembrar os erros como forma de não mais cometê-los. Perguntou se conhece alguma lei autorizativa para deixar de cobrar impostos, pelo que o Secretário disse não existir em nenhum âmbito e é praticamente impossível fazer gestão pública e que os serviços cheguem à sociedade sem receita. O Presidente parabenizou pela bela explicação e pelo espírito democrático ao responder às perguntas e disse que a CMCG é órgão fiscalizador enquanto o



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
SALA DA ASSESSORIA DE PLENÁRIO e COMISSÕES ÁLVARO DE
CARVALHO BARROS

36

TCE é órgão assessor do Poder Legislativo. Disse ao Secretário sobre sua satisfação como Presidente, quando o Secretário esteve ali e se comportou de forma transparente, verdadeira, explicando. Que foi uma tarde proveitosa para a função de fiscalização da Casa. Parabenizou a equipe e todo o governo que vem tentando fazer o equilíbrio fiscal que é tão importante para o Município. Que ele esta na luta pela união e tem a compreensão de que estavam fazendo o dever de casa diminuindo as despesas fixas da máquina; que com coragem fez redução de cargos e tomou medidas que não são simpáticas, mas necessárias. Que levasse ao Prefeito esse agradecimento. Que com isenção vê que estão no caminho certo. Que o Secretário continuasse no trilho do princípio da eficiência; que é outro dever da Casa para fiscalizar. Que a taxa de coleta de lixo hoje não cobre suas despesas, mas tem que discutir e não ficar de costas para essa necessidade. Lembrou ao Secretário de falar sobre a RCL que muito interessa pelo repasse à Casa. Em resposta, disse que estava honrado por estar ali cumprindo papel democrático e de transparência; que a equipe e a Secretaria estavam disponíveis e através do Portal da Transparência podiam questionar qualquer tipo de gasto ou aplicação pública; que é muito bem vindo e o governo é aberto à discussão. Que cumpriam o papel de servidor e gestor público, levando a eficiência e esperança para os munícipes de que as coisas vão dar certo e melhorar. O Presidente agradeceu aos Vereadores da Casa e disse que eles participaram desse resultado que é muito importante; que aprovaram medidas duras; que o setor produtivo solicitou, exigiu e eles cumpriram. Que chegou a hora de sentar e com a mente aberta discutir o aumento da arrecadação, pois 13% é muito pouco; que pregam a independência dos *royalties* e precisam ter essa maturidade para o diálogo. Nada mais havendo a tratar, a audiência pública foi encerrada às dezesseis horas e cinquenta minutos, e, para constar, eu, CAMILLA LOPES PEREIRA BELO, Gerente do Setor de Redação de Atas, redigi e lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais membros da Mesa Diretora. CLPB." O referido é verdade e dou fé. Eu, CAMILLA LOPES PEREIRA BELO, Gerente do Setor de Redação de Atas, redigi e eu, FABIO AUGUSTO VIANA RIBEIRO, Presidente, subscrevo. Sala da Assessoria de Plenário e Comissões Álvaro Barros de Carvalho da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes/RJ, 14 de março de 2022, 345º da Vila de São Salvador dos Campos, 187º da Cidade de Campos dos Goytacazes e 370º da criação da Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes.

CLPB.